



EDITAL PROCESSO Nº 147/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG

Torna-se público que o Município de São Gotardo, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda se aplicam as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, COMPREENDENDO AS CATEGORIAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PORTEIRO/VIGIA E RECEPCIONISTA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS TERMOS DO ART. 6º, INCISO XVI, DA LEI Nº 14.133/2021, PARA ATENDER À SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG”.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**
- **MODO DE DISPUTA: Aberto**
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/06/2026 às 13:00 horas**
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br/
<https://www.saogotardo.mg.gov.br/>
- **TELEFONE PARA CONTATO E E-EMAIL: (34)3671 -7127 / licitacaosg@gmail.com**
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: PLATAFORMA DIGITAL – WWW.LICITANET.COM.BR.**



1. DO PREÂMBULO

1.1.A Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG , torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda aplicam-se as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, COMPREENDENDO AS CATEGORIAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PORTEIRO/VIGIA E RECEPCIONISTA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS TERMOS DO ART. 6º, INCISO XVI, DA LEI Nº 14.133/2021, PARA ATENDER À SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG.”**.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail licitacaosg@gmail.com, pelo site www.licitanet.com.br ou ser entregues diretamente no Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gotardo na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.2.2. **O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma www.licitanet.com.br.**

3.3. O Pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no “site” **www.licitanet.com.br** correspondente a este edital e no “site” da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG** na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.5.Em caso de indisponibilidade do sistema, os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail **licitacaosg@gmail.com** , com mesmo prazo e requisitos indicados, devendo o interessado confirmar o recebimento com a equipe de pregoão.

3.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação específica.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência (Anexo I).
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de São Gotardo/MG, nos termos da Lei n. 8.666/93 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7 da Lei n. 10.520/02;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com o Município de São Gotardo;
- d) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- e) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- g) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021;
- h) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- i) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



- j) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade da aquisição, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecedor o objeto de forma independente.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de São Gotardo/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

6.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, conforme modelo sugerido no Anexo II;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; conforme modelo sugerido no Anexo III;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; conforme modelo sugerido no Anexo IV;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo sugerido no Anexo V;

6.2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente, conforme modelo sugerido no Anexo VI;

6.2.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme modelo sugerido no Anexo VII;

6.2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.



6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



7.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor total do item

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no site www.licitanet.com.br.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01(UM) centavo.

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Pregoeiro, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



8.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas

da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.19.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.



8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.22.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste edital e anexos.

8.22.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.22.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência – item “Dos critérios de aceitabilidade da proposta” (Anexo I), enviando, conforme modelo, caso seja ali exigido.

8.22.5.2.1. O Pregoeiro poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br**.

8.22.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo VIII;

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da LC 123/06, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.1 e 6.2.6 deste Edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 63 de 28 de março de 2023.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.7. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos art. 34 do Decreto Municipal nº 62/2023, bem como na legislação cabível.

9.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.8.1. A convocação será feita pelo Pregoeiro no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.8.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.



10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

10.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da



administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.10. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Ato Constitutivo;

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

¹ Nota Explicativa - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
 4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- B.** Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- C.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- D.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- E.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- F.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- G.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- H.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;



H.1. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

10.11.1. ALÉM DAS DOCUMENTAÇÕES ACIMA, DEVERÁ SER APRESENTADO TAMBÉM CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, AS DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS, SENDO AS MESMAS HABILITATÓRIAS.

10.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

10.18. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL** competente, emitida nos últimos **90 dias**, comprovando ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).



10.19. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

10.20. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na

sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6.1 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.9. Fraudar a licitação

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e



13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de São Gotardo/MG serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;



14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda

ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação;

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

15.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

15.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.8. A tolerância do Município de São Gotardo/MG com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

15.12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste edital e Anexos.

15.13. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

15.16. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

15.16.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.17. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.17.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto na Lei 14.133/21.

15.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de São Gotardo/MG.

15.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.22.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.22.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.22.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.22.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



15.22.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.22.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.22.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.22.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.22.9. ANEXO IX – Minuta do Contrato.

São Gotardo/MG, 03 de junho de 2026.

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra — Apoio Administrativo e Operacional

Modalidade: Pregão Eletrônico — Menor Preço Global

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, compreendendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais, Porteiro/Vigia e Recepcionista, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, para atender à sede da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

Item	Código	Especificações	Qtd	Unid	V. Unit. Mensal	V. Global Anual
01	44750	Auxiliar de Serviços Gerais (6h/dia — 07h às 13h - 15min intervalo)	03	Unid.	R\$ 4.578,34	R\$ 164.820,24
02	44751	Porteiro/Vigia (6h/dia - turno noturno ou diurno, conforme necessidade - 15 min de intervalo)	02	Unid.	R\$ 4.413,91	R\$ 105.933,84
03	44752	Recepcionista (6h/dia — 12h às 18h - 15 min intervalo)	02	Unid.	R\$ 5.595,75	R\$ 134.298,00
TOTAL			07		R\$ 33.754,34	R\$ 405.052,08

1.1. Memória de Cálculo das Quantidades

O dimensionamento fundamentou-se nos seguintes parâmetros objetivos: (i) área física total da sede administrativa e quantitativo de salas, banheiros e áreas de circulação; (ii) número de pontos de acesso com controle simultâneo necessário (entrada de pedestres e entrada de veículos); e (iii) volume médio diário de cidadãos atendidos e chamadas telefônicas processadas. A jornada de 6 (seis) horas diárias coincide com o pico de atendimento ao público (art. 71 da CLT) e garante maior continuidade operacional. Cada posto tem justificativa individualizada conforme Seção 7.2 do ETP, que integra este TR por referência.

2. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade decorre da insuficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal efetivo para o desempenho das atividades acessórias de asseio, conservação, controle de acesso e atendimento ao público, agravada pelos fatores documentados nos autos:



- Realização de concurso público em 2024, com homologação em 2025, que resultou em baixa adesão de candidatos aprovados e vacância dos cargos ora demandados;
- Processo seletivo simplificado igualmente sem êxito na captação de mão de obra qualificada em número suficiente;
- Impossibilidade de redistribuição de servidores efetivos por ausência de excedente de pessoal com perfil compatível em qualquer secretaria municipal;
- Restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) ao incremento da despesa fixa com pessoal, inviabilizando novas contratações diretas a curto prazo.

A justificativa completa, incluindo análise comparativa das alternativas descartadas (concurso público e redistribuição de servidores), encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra este processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na terceirização de serviços comuns de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme art. 6º, incisos XIII e XVI, da Lei nº 14.133/2021. A contratação transfere a gestão de pessoal operacional para parceiro privado especializado, garantindo: (i) especialização profissional; (ii) agilidade na reposição de trabalhadores em até 2 horas; (iii) liberação dos servidores efetivos para atividades finalísticas; e (iv) transferência da responsabilidade trabalhista para a Contratada.

3.1. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**, tendo em vista a padronização dos serviços no mercado, a homogeneidade dos postos e a necessidade de gestão integrada com um único preposto responsável.

3.2. Justificativa para o Não Parcelamento

Optou-se pela contratação em lote único (objeto indivisível), nos termos do art. 40, §3º, I, da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos objetivos:

- Sinergia operacional: a integração entre recepção, portaria e limpeza exige coordenação logística única, facilitada pela existência de um único preposto responsável por todos os postos;
- Eficiência fiscalizatória: a fiscalização de um único contrato reduz a carga administrativa e elimina o risco de conflito de responsabilidades entre múltiplas contratadas;
- Economia de escala: a reunião dos postos em um único objeto amplia o interesse do mercado e favorece a obtenção de melhores preços;
- Ausência de prejuízo à competitividade: o valor estimado está dentro do alcance de empresas de pequeno e médio porte, sem restrição à participação.

3.3. Ciclo de Vida e Prorrogabilidade

A vigência inicial proposta é de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 106, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas, em cada renovação, a



manutenção das condições de vantajosidade para o erário e a adequação dos preços praticados no mercado.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção ocorrerá por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico (art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021), com critério de julgamento de Menor Preço Global. A reunião das categorias em lote único fundamenta-se na sinergia operacional, eficiência na fiscalização e economia de escala, conforme detalhado na Seção 3.2.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

5.1. Requisitos Gerais — Regime de Dedicação Exclusiva

Os postos serão prestados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de 6 (seis) horas de trabalho efetivo diárias, de segunda a sexta-feira, acrescida de intervalo obrigatório de 15 (quinze) minutos para refeição e descanso — previsto no art. 71, §1º, da CLT para jornadas que excedam 4 (quatro) horas. Os horários de início e fim de cada posto estão definidos na tabela do item 1, podendo ser ajustados pela Administração mediante comunicação prévia de 48 horas. Para os postos de Porteiro/Vigia, poderá ser necessária escala em turno noturno (a partir das 22h, nos termos do art. 73 da CLT), caso a Administração Municipal assim determine. Nessa hipótese, a Contratada deverá remunerar os trabalhadores com adicional noturno de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal, sendo tal custo de responsabilidade exclusiva da Contratada e já contemplado na composição de preços do posto. Entende-se por dedicação exclusiva o regime em que os trabalhadores permanecem à disposição exclusiva da Administração durante toda a jornada, vedado o deslocamento para prestação de serviços a outros clientes. São requisitos obrigatórios para todos os postos:

- Continuidade operacional: substituição de qualquer trabalhador ausente no prazo máximo de 2 (duas) horas da comunicação pelo fiscal, sob pena de desconto proporcional conforme IMR (Seção 10);
- Qualificação mínima: ensino fundamental completo para Auxiliar de Serviços Gerais e Porteiro/Vigia; ensino médio completo para Recepcionista;
- Conduta profissional: urbanidade, proatividade, descrição e capacidade de comunicação;
- Responsabilidade trabalhista: todos os encargos trabalhistas, previdenciários e securitários são de responsabilidade exclusiva da Contratada, não havendo vínculo empregatício entre os trabalhadores e o Município.

5.2. Requisitos Técnicos por Categoria

5.2.1. Auxiliar de Serviços Gerais (3 postos)

- Posto 1: higienização contínua dos sanitários internos (servidores e público);
- Posto 2: limpeza das salas de trabalho, copas, corredores e áreas de circulação, incluindo serviço de café;
- Posto 3: manutenção de pátios externos, gestão de resíduos e suporte à movimentação de materiais;



- Para todos: gestão de insumos com registro de ocorrências de necessidade de reposição; segregação e acondicionamento de resíduos conforme coleta seletiva e PNRS (Lei nº 12.305/2010).

5.2.2. Porteiro/Vigia (2 postos)

- Posto 1: controle do acesso principal de pedestres — identificação e registro obrigatório em formulário padronizado de entrada e saída;
- Posto 2: controle do acesso de veículos ao pátio interno e vigilância do perímetro externo durante o expediente;
- Para ambos: orientação ao público quanto à localização de setores e horários; zeladoria de portões, sistemas de acesso e equipamentos de segurança, com comunicação imediata de defeitos ao fiscal.

5.2.3. Recepcionista (2 postos)

- Posto 1: atendimento presencial ao público externo e triagem de cidadãos para as secretarias; controle de acesso na recepção principal com verificação de credenciais;
- Posto 2: atendimento telefônico multicanal (central PABX), triagem de ligações, registro de mensagens e transferência; apoio administrativo e auxílio no agendamento.

5.3. Uniformização, Identificação e EPIs

Todos os trabalhadores deverão apresentar-se uniformizados conforme padrão aprovado pela Administração e portar crachá visível contendo nome completo, fotografia e função. Para os Auxiliares de Serviços Gerais, é obrigatório o fornecimento e uso efetivo de EPIs conforme NR-06 e NR-09, incluindo luvas de proteção química, botas impermeáveis e máscara de proteção respiratória para manipulação de produtos químicos.

5.4. Requisitos de Sustentabilidade Socioambiental

Em observância ao art. 11, IV, e ao art. 18, XII, da Lei nº 14.133/2021, a execução contratual deverá atender aos seguintes requisitos socioambientais:

- Utilização preferencial de produtos saneantes biodegradáveis com certificação ANVISA/INMETRO e menor toxicidade comprovada; vedação a substâncias classificadas como cancerígenas, mutagênicas ou tóxicas para a reprodução (CMR);
- Adoção de práticas de uso racional de água e energia elétrica, com orientação e treinamento dos trabalhadores para evitar desperdícios;
- Logística reversa obrigatória das embalagens de saneantes, com devolução ao fornecedor ou entrega a pontos de coleta seletiva habilitados, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010;
- Segregação na fonte dos resíduos sólidos com coletores identificados por categoria (recicláveis, orgânicos e rejeitos);
- Preferência pela contratação de trabalhadores residentes no Município de São Gotardo, pelos benefícios de desenvolvimento socioeconômico local, redução de absenteísmo e facilitação da fiscalização.



5.5. Tabela de Fornecimento de Insumos

A fim de evitar sobreposições ou lacunas, a responsabilidade pelo fornecimento de insumos fica distribuída conforme tabela abaixo:

Insumo / Material	Responsabilidade	Observação
Materiais de limpeza (detergente, desinfetante, papel higiênico, álcool, vassouras, baldes, etc.)	Prefeitura (fornecimento)	Contratada gerencia estoques e informa necessidade de reposição
Insumos de copa (café, açúcar, copos descartáveis)	Prefeitura (fornecimento)	Contratada realiza preparo e distribuição
Uniformes e EPIs	Contratada (incluso no preço do posto)	Padrão aprovado pela Administração
Crachás de identificação	Contratada (incluso no preço do posto)	Modelo aprovado pelo fiscal

5.6. Requisitos de Habilitação

Qualificação Técnica: comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstre(m):

- Prestação de serviços similares (apoio administrativo ou operacional em regime de dedicação exclusiva) pelo período mínimo de 12 (doze) meses; e
- Execução simultânea de no mínimo 3 (três) postos de trabalho nas categorias equivalentes às solicitadas, a fim de demonstrar capacidade operacional compatível com o objeto.

O(s) atestado(s) deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente que comprove a validade das informações declaradas.

5.7. Vedação à Subcontratação

É **vedada** a subcontratação dos postos de trabalho objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que a prestação do serviço exige vinculação direta dos trabalhadores à Contratada para fins de responsabilidade trabalhista e fiscalização contratual, nos termos do art. 5º-A, §1º, da Lei nº 6.019/1974 e da Súmula nº 331 do TST. O fiscal do contrato verificará a conformidade mediante conferência dos registros de ponto e carteiras de trabalho dos colaboradores alocados.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dar-se-á com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da sede da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG. A Contratada deve:

- Designar preposto com autonomia para adotar providências operacionais e disciplinares de forma imediata, garantindo interlocução direta com o fiscal do contrato; todas as ordens de serviço serão transmitidas exclusivamente ao preposto, vedado o exercício de poder disciplinar direto por parte de servidores municipais sobre os trabalhadores terceirizados;
- Garantir a cobertura ininterrupta dos postos, realizando a substituição de qualquer trabalhador ausente no prazo máximo de 2 (duas) horas após a comunicação;



- Manter registro de frequência auditável (eletrônico ou biométrico) com entrega mensal de relatório junto à nota fiscal;
- Apresentar mensalmente, junto à fatura: cópias dos comprovantes de recolhimento de FGTS, INSS, CAGED, folha de pagamento, comprovante de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, como condição para liberação do pagamento.

7. PRAZO E VIGÊNCIA

7.1. Vigência

12 (doze) meses, prorrogável até o limite de 05 (cinco) anos, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade em cada renovação.

7.2. Prazo de Execução

Contínuo, durante toda a vigência contratual, de segunda a sexta-feira nos horários definidos na Seção 1, com intervalo de 15 minutos para refeição em todos os cargos. Os postos de Porteiro/Vigia poderão ser escalados em turno noturno conforme necessidade operacional da Administração.

7.3. Previsão de Início

Imediato, após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço pelo Município.

8. ESTIMATIVA DE CUSTO E VALOR MÁXIMO

O valor anual estimado é de **R\$ 405.052,08 (quatrocentos e cinco mil e cinquenta e dois reais e oito centavos)**, correspondendo ao valor mensal de referência de R\$ 33.754,34 (trinta e três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), obtido pela média aritmética da Cotação de Preços nº 0000011290.

8.1. Memória de Cálculo

Posto de Trabalho	Qtd.	V. Unit. Mensal (R\$)	Total Mensal (R\$)	Total Anual — 12 meses (R\$)
Auxiliar de Serviços Gerais	3	4.578,34	13.735,02	164.820,24
Porteiro/Vigia	2	4.413,91	8.827,82	105.933,84
Recepcionista	2	5.595,75	11.191,50	134.298,00
TOTAL GERAL ESTIMADO	7	—	33.754,34	405.052,08

Os valores unitários mensais representam o custo total do posto, incluindo: remuneração bruta, encargos sociais (INSS patronal, FGTS, RAT/SAT), benefícios (vale-alimentação e vale-transporte conforme CCT), provisão para férias, 13º salário e rescisão, insumos operacionais (uniformes, EPIs, crachás) e custos indiretos da empresa (tributos ISS/PIS/COFINS e BDI/lucro). A Contratada



deverá apresentar planilha de composição de custos por posto, nos formatos exigidos pela IN SEGES/MGI nº 98/2023, como condição para assinatura do contrato.

8.2. Justificativa dos Valores e Comparativo de Mercado

Os valores foram obtidos pela média aritmética de cotações diretas (4 empresas do setor na Cotação nº 0000011290) e análise de contratos similares no PNCP. O Pregão Eletrônico nº 03/2025 da Câmara Municipal de São Gotardo (mesmo mercado, mesma CCT) totalizou R\$ 37.407,13/mês — aproximadamente 11% acima da estimativa da Prefeitura, diferença compatível com a variação no número e perfil dos postos, não indicando inadequação da estimativa. A análise do PNCP confirma ampla competitividade no setor.

8.3. Garantia de Execução Contratual

Não será exigida garantia de execução contratual para esta contratação, tendo em vista que a exigência poderia restringir a participação de empresas de pequeno e médio porte do setor, reduzindo a competitividade do certame e dificultando a obtenção de proposta vantajosa para o erário, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que faculta, e não obriga, a exigência de garantia pela Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Responsabilidade exclusiva por encargos trabalhistas, previdenciários e securitários de todos os trabalhadores alocados;
- Cumprimento integral das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) aplicáveis às categorias profissionais contratadas, incluindo pisos salariais, benefícios, adicionais e demais cláusulas normativas vigentes, cabendo à Contratada acompanhar as renovações anuais e adequar os custos, formalizando pedido de repactuação quando necessário (Seção 14);
- Designação de preposto com autonomia para decisões disciplinares e operacionais, sendo o único canal de transmissão de ordens de serviço pelo Município;
- Garantir a qualificação mínima exigida: ensino fundamental para ASG/Porteiro; ensino médio para Recepcionista;
- Manter os trabalhadores uniformizados e portando crachá de identificação visível durante toda a jornada;
- Fornecer EPIs conforme NR-06 e NR-09 e exigir seu uso efetivo;
- Garantir a substituição de trabalhador ausente em até 2 (duas) horas;
- Entregar mensalmente, junto à nota fiscal: registro de frequência, guias de FGTS, INSS, CAGED, folha de pagamento e comprovantes de vale-transporte e vale-alimentação;
- Adotar práticas de sustentabilidade socioambiental previstas na Seção 5.4, incluindo logística reversa de embalagens de saneantes;
- Não subcontratar os postos de trabalho objeto deste contrato;
- Apresentar planilha de composição de custos nos formatos da IN SEGES/MGI nº 98/2023 como condição para assinatura do contrato e em cada pedido de repactuação.



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Fornecer materiais de limpeza e insumos de copa, cozinha e escritório, necessários à execução, conforme Tabela da Seção 5.5;
- Proporcionar acesso às dependências e exercer a fiscalização por servidor especialmente designado;
- Transmitir ordens de serviço exclusivamente ao preposto da Contratada, abstendo-se de exercer subordinação direta sobre os trabalhadores terceirizados;
- Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas, somente após verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas documentadas;
- Comunicar formalmente ao preposto qualquer ausência de trabalhador, acionando o prazo de 2h para substituição.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A gestão e a fiscalização do contrato ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes designações:

Função	Responsável	Atribuições Principais
Gestor do Contrato	Patrícia Ariana Carvalho Lopes - SEPLAG	Coordenar a execução contratual; autorizar o início dos serviços; decidir sobre prorrogações, repactuações e alterações contratuais; aplicar sanções administrativas; encaminhar para rescisão quando necessário.
Fiscal do Contrato	Gabriela de Melo Beba Rodrigues — SEPLAG	Acompanhar e verificar diariamente a execução dos serviços; registrar ocorrências e ausências; conferir a documentação trabalhista mensal; atestar a nota fiscal; aplicar os descontos previstos no IMR; comunicar ao Gestor qualquer irregularidade que supere sua alçada.

É vedado ao fiscal do contrato exercer poder disciplinar direto sobre os trabalhadores terceirizados. Todas as ordens de serviço deverão ser transmitidas exclusivamente ao preposto da Contratada, a fim de evitar a configuração de vínculo empregatício com o Município, nos termos do art. 5º-A, §1º, da Lei nº 6.019/1974 e da Súmula nº 331 do TST.

12. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

O recebimento dos serviços será mensal, mediante ateste do fiscal do contrato na nota fiscal, após verificação da conformidade com os postos garantidos, a qualidade exigida e a regularidade da documentação trabalhista apresentada. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.



13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

13.1. Base de Medição

A medição basear-se-á nos postos efetivamente operantes, apurados por registros de frequência auditáveis. O Município de São Gotardo não remunerará postos descobertos. O pagamento está condicionado à apresentação de comprovantes de regularidade trabalhista (FGTS, INSS e folha de pagamento).

13.2. Índice de Medição de Resultado — IMR

A qualidade da execução será aferida mensalmente pelo fiscal do contrato com base em três situações objetivas, de verificação simples:

Situação verificada pelo fiscal	Desconto na fatura do mês	Consequência adicional
Posto descoberto (trabalhador ausente e não substituído em até 2h)	Desconto proporcional ao número de horas/dias sem cobertura, calculado sobre o valor unitário diário do posto	—
Documentação trabalhista não entregue junto à nota fiscal (FGTS, INSS, folha de pagamento, VT, VA)	Retenção de 5% da NF até regularização	Pagamento liberado apenas após entrega dos documentos
Reincidência de qualquer das situações acima por 2 meses consecutivos	Notificação formal com prazo de 15 dias para apresentação de plano de melhoria	Não apresentação do plano poderá ensejar aplicação de multa e, em caso de reiteração, rescisão contratual

O desconto por posto descoberto é calculado da seguinte forma: valor unitário mensal do posto ÷ 30 dias = valor diário; valor diário ÷ 6 horas = valor por hora. O desconto corresponde ao número de horas efetivamente descobertas, registradas pelo fiscal no relatório mensal de frequência.

O fiscal registrará as ocorrências em relatório mensal simples, que acompanhará a nota fiscal como condição para ateste e pagamento.

14. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- Repactuação: incide sobre os custos de mão de obra (salários, benefícios e encargos), sendo devida quando sobrevier nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que altere o piso salarial. O pedido de repactuação deverá ser formalizado com antecedência mínima de 30 dias da vigência da nova CCT, instruído com planilha de composição de custos demonstrando o impacto;
- Reajuste por Índice: incide sobre os demais custos (insumos e despesas administrativas), após o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).



15. DA LIQUIDAÇÃO

A liquidação das despesas obedecerá ao disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Federal nº 4.320/1964, condicionada à verificação pelo fiscal do contrato da regularidade das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada estará sujeita às sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis de forma gradual, respeitado o contraditório e a ampla defesa, podendo culminar em rescisão contratual e declaração de inidoneidade nos casos mais graves.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)
Dotação / Ficha	71
Elemento de Despesa	33.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1500 (Recursos Livres) / 1501 (Recursos de Impostos)
Valor Mensal de Referência	R\$ 33.754,34
Valor Anual Estimado	R\$ 405.052,08

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de inadimplência trabalhista reiterada (R01), descontinuidade injustificada dos serviços (R02) ou subcontratação irregular (R07).

19. GESTÃO E ANÁLISE DE RISCOS

Em observância ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, foram identificados os seguintes riscos, com as respectivas medidas de mitigação:

Nº	Risco	Prob.	Impa cto	Nível	Medida de Mitigação	Responsável
R01	Inadimplência trabalhista (FGTS, INSS, salários)	Média	Alto	ALTO	Fiscalização mensal das guias; liberação do pagamento condicionada à documentação; conta vinculada (recomendada)	Contratada (primário) / Município



Nº	Risco	Prob.	Impa cto	Nível	Medida de Mitigação	Responsável
R0 2	Descontinuidade por falta de substituto imediato	Alta	Alto	CRÍTICO	Obriga��o contratual de substitui��o em 2h; glosa proporcional por posto descoberto; rescisão por inadimplemento reiterado	Contratada
R0 3	Execu��o de serviços em qualidade insatisfatória	Média	Médio	MÉDIO	Aplica��o do IMR com notifica��o com prazo de melhoria; multa por reincidência	Contratada / Fiscal
R0 4	Forma��o de vínculo empregatício por subordina��o indevida	Baixa	Muito Alto	ALTO	Treinamento do fiscal; manual de fiscaliza��o com veda��es expresas; ordens transmitidas apenas ao preposto	Município (fiscal)
R0 5	Altera��o do piso salarial por nova CCT sem repactua��o	Alta	Médio	ALTO	Cláusula expressa de repactua��o; planilha de composi��o de custos como anexo contratual	Contratada / Município
R0 6	Baixa competitividade no certame	Baixa	Médio	BAIXO	Ampla divulga��o no PNCP; prazo adequado; especifica��es sem exigências restritivas indevidas	Município (licita��es)
R0 7	Subcontrata��o irregular dos postos	Baixa	Alto	MÉDIO	Veda��o expressa no TR e no contrato; conferência dos registros de ponto e CTPs pelos fiscais	Contratada / Fiscal

20. DISPOSI  ES GERAIS

A Contratada deverá observar as normas de transparência e os princípios da Administra  o Pública durante toda a execu  o. O presente Termo de Referência    elaborado com fundamento no art. 6  , XXIII, da Lei n   14.133/2021 e tem por base o Estudo Técnico Preliminar aprovado em 31 de março de 2026, que integra o processo e complementa as disposi  es aqui estabelecidas.

21. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir controvérsias decorrentes da execu  o do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



22. DA SECRETARIA RESPONSÁVEL

São Gotardo/MG, 11 de maio de 2026.

JÚLIA OLIVEIRA CHAGAS MESSIAS

Coordenadora de gestão contratual e de licitações — SEPLAG
Responsável pela Elaboração

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO

Secretário de Planejamento e Gestão
Responsável pela Demanda



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;

2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____(Local)_____, ____ de _____de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)

**ANEXO V****Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência****EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VII

Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - Processo nº 147/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e



(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

**ANEXO IX****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO E A EMPRESA _____.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, provisoriamente na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por seu Prefeito Municipal, Makoto Edison Sekita, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG-21340791 PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 328.821.579-91, residente e domiciliado à Rua Tabelião João Lopes nº 201, apartamento 1601, Bairro Campestre doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, na cidade de _____/Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no procedimento do **Processo Administrativo Licitatório nº 107/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais nº 62, 28 de março de 2023, e nº 63, 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 11/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, COMPREENDENDO AS CATEGORIAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PORTEIRO/VIGIA E RECEPCIONISTA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS TERMOS DO ART. 6º, INCISO XVI, DA LEI Nº**



14.133/2021, PARA ATENDER À SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG”.

1.2. Descrição e quantidade:

Item	Código	Especificações	Qtd	Unid.	V. Unit. Mensal	V. Global Anual
01	44750	Auxiliar de Serviços Gerais (6h/dia — 07h às 13h - 15min intervalo)	03	Unid.		
02	44751	Porteiro/Vigia (6h/dia - turno noturno ou diurno, conforme necessidade - 15 min de intervalo)	02	Unid.		
03	44752	Recepcionista (6h/dia — 12h às 18h - 15 min intervalo)	02	Unid.		
TOTAL			07			

1.2.1. O valor global do contrato será de R\$_____ (_____).

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa devidamente fundamentada.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dar-se-á com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da sede da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG. A Contratada deve:

- Designar preposto com autonomia para adotar providências operacionais e disciplinares de forma imediata, garantindo interlocução direta com o fiscal do contrato; todas as ordens de serviço serão transmitidas exclusivamente ao preposto, vedado o exercício de poder disciplinar direto por parte de servidores municipais sobre os trabalhadores terceirizados;
- Garantir a cobertura ininterrupta dos postos, realizando a substituição de qualquer trabalhador ausente no prazo máximo de 2 (duas) horas após a comunicação;
- Manter registro de frequência auditável (eletrônico ou biométrico) com entrega mensal de relatório junto à nota fiscal;

Apresentar mensalmente, junto à fatura: cópias dos comprovantes de recolhimento de FGTS, INSS, CAGED, folha de pagamento, comprovante de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, como condição para liberação do pagamento

3.2. LIQUIDAÇÃO

3.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de vinte dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;



- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

3.2.5.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.6.A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.2.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

3.2.11. Para fins de pagamento, é obrigatória a apresentação da nota fiscal contendo, de forma clara e legível, os dados bancários do favorecido (nome do banco, número da agência, número da conta e nome do titular), que deverão estar vinculados ao CNPJ ou CPF do emitente da nota fiscal. A ausência dessas informações na nota fiscal poderá acarretar a suspensão do prazo para pagamento, até que a regularização seja efetuada.



3.3. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

3.3.1. Base de Medição

A medição basear-se-á nos postos efetivamente operantes, apurados por registros de frequência auditáveis. O Município de São Gotardo não remunerará postos descobertos. O pagamento está condicionado à apresentação de comprovantes de regularidade trabalhista (FGTS, INSS e folha de pagamento).

3.3.2. Índice de Medição de Resultado — IMR

A qualidade da execução será aferida mensalmente pelo fiscal do contrato com base em três situações objetivas, de verificação simples:

Situação verificada pelo fiscal	Desconto na fatura do mês	Consequência adicional
Posto descoberto (trabalhador ausente e não substituído em até 2h)	Desconto proporcional ao número de horas/dias sem cobertura, calculado sobre o valor unitário diário do posto	—
Documentação trabalhista não entregue junto à nota fiscal (FGTS, INSS, folha de pagamento, VT, VA)	Retenção de 5% da NF até regularização	Pagamento liberado apenas após entrega dos documentos
Reincidência de qualquer das situações acima por 2 meses consecutivos	Notificação formal com prazo de 15 dias para apresentação de plano de melhoria	Não apresentação do plano poderá ensejar aplicação de multa e, em caso de reiteração, rescisão contratual

O desconto por posto descoberto é calculado da seguinte forma: valor unitário mensal do posto ÷ 30 dias = valor diário; valor diário ÷ 6 horas = valor por hora. O desconto corresponde ao número de horas efetivamente descobertas, registradas pelo fiscal no relatório mensal de frequência.

O fiscal registrará as ocorrências em relatório mensal simples, que acompanhará a nota fiscal como condição para ateste e pagamento.



CLÁUSULA QUARTA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

4.1. Requisitos Gerais — Regime de Dedicação Exclusiva

Os postos serão prestados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de 6 (seis) horas de trabalho efetivo diárias, de segunda a sexta-feira, acrescida de intervalo obrigatório de 15 (quinze) minutos para refeição e descanso — previsto no art. 71, §1º, da CLT para jornadas que excedam 4 (quatro) horas. Os horários de início e fim de cada posto estão definidos na tabela do item 1, podendo ser ajustados pela Administração mediante comunicação prévia de 48 horas. Para os postos de Porteiro/Vigia, poderá ser necessária escala em turno noturno (a partir das 22h, nos termos do art. 73 da CLT), caso a Administração Municipal assim determine. Nessa hipótese, a Contratada deverá remunerar os trabalhadores com adicional noturno de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal, sendo tal custo de responsabilidade exclusiva da Contratada e já contemplado na composição de preços do posto. Entende-se por dedicação exclusiva o regime em que os trabalhadores permanecem à disposição exclusiva da Administração durante toda a jornada, vedado o deslocamento para prestação de serviços a outros clientes. São requisitos obrigatórios para todos os postos:

- Continuidade operacional: substituição de qualquer trabalhador ausente no prazo máximo de 2 (duas) horas da comunicação pelo fiscal, sob pena de desconto proporcional conforme IMR (Seção 10);
- Qualificação mínima: ensino fundamental completo para Auxiliar de Serviços Gerais e Porteiro/Vigia; ensino médio completo para Recepcionista;
- Conduta profissional: urbanidade, proatividade, discrição e capacidade de comunicação;
- Responsabilidade trabalhista: todos os encargos trabalhistas, previdenciários e securitários são de responsabilidade exclusiva da Contratada, não havendo vínculo empregatício entre os trabalhadores e o Município.

4.2. Requisitos Técnicos por Categoria

4.2.2. Auxiliar de Serviços Gerais (3 postos)

- Posto 1: higienização contínua dos sanitários internos (servidores e público);
- Posto 2: limpeza das salas de trabalho, copas, corredores e áreas de circulação, incluindo serviço de café;
- Posto 3: manutenção de pátios externos, gestão de resíduos e suporte à movimentação de materiais;
- Para todos: gestão de insumos com registro de ocorrências de necessidade de reposição; segregação e acondicionamento de resíduos conforme coleta seletiva e PNRS (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3. Porteiro/Vigia (2 postos)

- Posto 1: controle do acesso principal de pedestres — identificação e registro obrigatório em formulário padronizado de entrada e saída;



- Posto 2: controle do acesso de veículos ao pátio interno e vigilância do perímetro externo durante o expediente;
- Para ambos: orientação ao público quanto à localização de setores e horários; zeladoria de portões, sistemas de acesso e equipamentos de segurança, com comunicação imediata de defeitos ao fiscal.

4.2.4. Recepcionista (2 postos)

- Posto 1: atendimento presencial ao público externo e triagem de cidadãos para as secretarias; controle de acesso na recepção principal com verificação de credenciais;
- Posto 2: atendimento telefônico multicanal (central PABX), triagem de ligações, registro de mensagens e transferência; apoio administrativo e auxílio no agendamento.

4.3. Uniformização, Identificação e EPIs

Todos os trabalhadores deverão apresentar-se uniformizados conforme padrão aprovado pela Administração e portar crachá visível contendo nome completo, fotografia e função. Para os Auxiliares de Serviços Gerais, é obrigatório o fornecimento e uso efetivo de EPIs conforme NR-06 e NR-09, incluindo luvas de proteção química, botas impermeáveis e máscara de proteção respiratória para manipulação de produtos químicos.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade Socioambiental

Em observância ao art. 11, IV, e ao art. 18, XII, da Lei nº 14.133/2021, a execução contratual deverá atender aos seguintes requisitos socioambientais:

- Utilização preferencial de produtos saneantes biodegradáveis com certificação ANVISA/INMETRO e menor toxicidade comprovada; vedação a substâncias classificadas como cancerígenas, mutagênicas ou tóxicas para a reprodução (CMR);
- Adoção de práticas de uso racional de água e energia elétrica, com orientação e treinamento dos trabalhadores para evitar desperdícios;
- Logística reversa obrigatória das embalagens de saneantes, com devolução ao fornecedor ou entrega a pontos de coleta seletiva habilitados, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010;
- Segregação na fonte dos resíduos sólidos com coletores identificados por categoria (recicláveis, orgânicos e rejeitos);
- Preferência pela contratação de trabalhadores residentes no Município de São Gotardo, pelos benefícios de desenvolvimento socioeconômico local, redução de absenteísmo e facilitação da fiscalização.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO: É **vedada** a subcontratação dos postos de trabalho objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que a prestação do serviço exige vinculação direta dos trabalhadores à Contratada para fins de responsabilidade trabalhista e fiscalização contratual, nos termos do art. 5º-A, §1º, da Lei nº 6.019/1974 e da Súmula nº 331 do TST. O fiscal do contrato



verificará a conformidade mediante conferência dos registros de ponto e carteiras de trabalho dos colaboradores alocados.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O recebimento dos serviços será mensal, mediante ateste do fiscal do contrato na nota fiscal, após verificação da conformidade com os postos guarnecidos, a qualidade exigida e a regularidade da documentação trabalhista apresentada. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A gestão e a fiscalização do contrato ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes designações:

Função	Responsável	Atribuições Principais
Gestor do Contrato	Patrícia Ariana Carvalho Lopes - SEPLAG	Coordenar a execução contratual; autorizar o início dos serviços; decidir sobre prorrogações, repactuações e alterações contratuais; aplicar sanções administrativas; encaminhar para rescisão quando necessário.
Fiscal do Contrato	Gabriela de Melo Beba Rodrigues — SEPLAG	Acompanhar e verificar diariamente a execução dos serviços; registrar ocorrências e ausências; conferir a documentação trabalhista mensal; atestar a nota fiscal; aplicar os descontos previstos no IMR; comunicar ao Gestor qualquer irregularidade que supere sua alçada.

É vedado ao fiscal do contrato exercer poder disciplinar direto sobre os trabalhadores terceirizados. Todas as ordens de serviço deverão ser transmitidas exclusivamente ao preposto da Contratada, a fim de evitar a configuração de vínculo empregatício com o Município, nos termos do art. 5º-A, §1º, da Lei nº 6.019/1974 e da Súmula nº 331 do TST.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Responsabilidade exclusiva por encargos trabalhistas, previdenciários e securitários de todos os trabalhadores alocados;



- Cumprimento integral das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) aplicáveis às categorias profissionais contratadas, incluindo pisos salariais, benefícios, adicionais e demais cláusulas normativas vigentes, cabendo à Contratada acompanhar as renovações anuais e adequar os custos, formalizando pedido de repactuação quando necessário (Seção 14);
- Designação de preposto com autonomia para decisões disciplinares e operacionais, sendo o único canal de transmissão de ordens de serviço pelo Município;
- Garantir a qualificação mínima exigida: ensino fundamental para ASG/Porteiro; ensino médio para Recepcionista;
- Manter os trabalhadores uniformizados e portando crachá de identificação visível durante toda a jornada;
- Fornecer EPIs conforme NR-06 e NR-09 e exigir seu uso efetivo;
- Garantir a substituição de trabalhador ausente em até 2 (duas) horas;
- Entregar mensalmente, junto à nota fiscal: registro de frequência, guias de FGTS, INSS, CAGED, folha de pagamento e comprovantes de vale-transporte e vale-alimentação;
- Adotar práticas de sustentabilidade socioambiental previstas na Seção 5.4, incluindo logística reversa de embalagens de saneantes;
- Não subcontratar os postos de trabalho objeto deste contrato;
- Apresentar planilha de composição de custos nos formatos da IN SEGES/MGI nº 98/2023 como condição para assinatura do contrato e em cada pedido de repactuação.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Fornecer materiais de limpeza e insumos de copa, cozinha e escritório, necessários à execução, conforme Tabela da Seção 5.5;
- Proporcionar acesso às dependências e exercer a fiscalização por servidor especialmente designado;
- Transmitir ordens de serviço exclusivamente ao preposto da Contratada, abstendo-se de exercer subordinação direta sobre os trabalhadores terceirizados;
- Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas, somente após verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas documentadas;



- Comunicar formalmente ao preposto qualquer ausência de trabalhador, acionando o prazo de 2h para substituição.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

8.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

8.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

8.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5.1 A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

8.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.



8.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

8.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

8.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

8.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

8.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- 9.1. Repactuação: incide sobre os custos de mão de obra (salários, benefícios e encargos), sendo devida quando sobrevier nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que altere o piso salarial. O pedido de repactuação deverá ser formalizado com antecedência mínima de 30 dias da vigência da nova CCT, instruído com planilha de composição de custos demonstrando o impacto;

- Reajuste por Índice: incide sobre os demais custos (insumos e despesas administrativas), após o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada estará sujeita às sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis de forma gradual, respeitado o contraditório e a ampla defesa, podendo culminar em rescisão contratual e declaração de inidoneidade nos casos mais graves.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)
Dotação / Ficha	71
Elemento de Despesa	33.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1500 (Recursos Livres) / 1501 (Recursos de Impostos)
Valor Mensal de Referência	R\$ 33.754,34
Valor Anual Estimado	R\$ 405.052,08

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.



d) Excetuem-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

São Gotardo/MG, de..... de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA

Prefeito Municipal de São Gotardo – MG

Contratante

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Nome do representante legal da Contratada

Razão social da Contratada